



LEI ORDINÁRIA Nº 2.540, DE 21 DE AGOSTO DE 2024.

Sanciono a presente Lei sem veto.
Gabinete Civil, Parnamirim/RN, 21 de agosto de 2024;
135ª da República.


Prefeito

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2025, e dá outras providências.

O PREFEITO DE PARNAMIRIM/RN, FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Em cumprimento ao disposto no art. 165, §2º, da Constituição Federal e nos art. 11 e 131, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e alterações, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2025, compreendendo:

- I** – Estratégia de Gestão e Diretrizes da Administração Municipal para a elaboração e execução do orçamento;
- II** – As prioridades da Administração Municipal;
- III** – As Metas Fiscais;
- IV** – A Estrutura dos Orçamentos;
- V** – As Diretrizes Gerais para Elaboração e Execução do Orçamento do Município;
- VI** – As Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VII** – As Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VIII** – As Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária;
- IX** – As Disposições Gerais.

Parágrafo único. Integram a presente Lei os anexos de metas e de riscos fiscais, além de outros demonstrativos exigidos em lei.

CAPÍTULO II – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

I – ESTRATÉGIA DE GESTÃO E DIRETRIZES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



Art. 2º. O planejamento, execução e avaliação das políticas públicas do Governo Municipal estão orientados por um modelo de administração voltada para resultados, elaborado a partir do Plano Plurianual e do Planejamento Estratégico do município e caracterizado por uma proposta intersetorial, tornando mútuos os objetivos das secretarias e demais envolvidos na gestão administrativa, alinhando as estruturas internas e externas e implementando mecanismos de monitoramento e avaliação da gestão municipal com o objetivo final de transformar Parnamirim em uma cidade inteligente, inclusiva, educadora e sustentável.

§1º – Os programas, projetos e ações da gestão Municipal estão estruturados em áreas de resultados e eixos orientadores compondo o Plano Plurianual e o Mapa Estratégico, que se destina ao atendimento das demandas e expectativas dos parnamirinoses.

§2º – As Diretrizes, as áreas de resultado e seus respectivos eixos orientadores definidos são:

I – Desenvolvimento Humano e Cidadania

- a) Educação – Ampliação do acesso e aumento nos índices do IDEB;
- b) Saúde – Ampliação do acesso e melhoria na qualidade dos serviços prestados;
- c) Assistência Social – Combater à pobreza, promover a cidadania e a inclusão social;
- d) Cultura – Valorização dos bens culturais e democratizar o acesso;
- e) Esporte e Lazer – Ofertar de forma ampla e diversificada o esporte e lazer;
- f) Segurança – Intensificar ações de prevenção à violência.

II – Desenvolvimento Sócioespacial

- a) Ampliação do acesso à mobilidade urbana de equipamentos e espaços públicos;
- b) Ampliação do acesso à moradia a moradia e saneamento básico;
- c) Promoção do ordenamento do espaço urbano.

III – Desenvolvimento Econômico Sustentável

- a) Garantia de acesso à economia solidária;
- b) Reurbanização de praças e da área central da cidade;
- c) Turismo;
- d) Ampliação do acesso de empreendedores e pequenos empresários em programas modernos de gestão.

IV – Gestão Democrática da Cidade

- a) Ampliação do acesso dos munícipes à informação e ouvidoria;
- b) Estabelecer metas de desempenho para os serviços públicos municipais;
- c) Manter e aprimorar as ferramentas digitais na gestão municipal;
- d) Buscar maior eficiência arrecadatória;
- e) Implementar o Conselho da Cidade de Parnamirim (CONCIPAR);
- f) Conclusão da revisão do Plano Diretor de Parnamirim.



V – Desenvolvimento Metropolitano

- a) Propor no conselho metropolitano a instituição de um Plano de Mobilidade da Metrópole.
- b) Formular convênios com municípios circunvizinhos visando o combate ao déficit habitacional;
- c) Firmar convênios para promover a regularização fundiária em toda Parnamirim.

II – DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2025, serão definidas e demonstradas em conformidade com o Plano Plurianual de 2022 a 2025, e suas alterações, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§1º – Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2025, serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nesta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§2º – Na elaboração da proposta orçamentária para 2025, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III – DAS METAS FISCAIS

Art. 4º. Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2025, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria STN/MF nº 699, de 07 de julho de 2023.

Art. 5º. A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta e os Fundos Municipais que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 6º. O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, foi incluído nos moldes do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da Portaria STN/MF nº 699, de 07 de julho de 2023.

Art. 7º. Os Anexos constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, constituem-se dos seguintes:

- Anexo I – A – Metodologia do Cálculo das Metas Anuais – Receitas;
- Anexo I – B – Detalhes da Receita;
- Anexo II – A – Metodologia do Cálculo das Metas Anuais - Despesas;
- Anexo II – B – Detalhes da Despesa;
- Anexo III – Avaliação do Resultado Primário;
- Anexo IV – Avaliação do Resultado Nominal;
- Anexo V – Montante da Dívida;
- Demonstrativo I – Metas Anuais;



- Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais e Futuras Comparadas c/ Exercícios Anteriores;
- Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos com Alienação de Ativos;
- Demonstrativo VI – Riscos Fiscais;
- Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas.

Parágrafo único. Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 8º. Em cumprimento ao § 3º, do art. 4º, da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 9º. Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Demonstrativo I – Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2025 e para os dois seguintes.

§1º – Os valores correntes dos exercícios de 2025, 2026 e 2027 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 699, de 07 de julho de 2023, da STN/MF.

§2º – Os valores da coluna "% PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 10. Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES



Art. 11. De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo único. Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 12. Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua consolidação.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 13. O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, estabelece de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 14. Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea “a”, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais, integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o modelo da Portaria nº 699-STN/MF, de 07 de julho de 2023, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS. O município de Parnamirim não possui regime próprio de previdência.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 15. Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§1º – A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.



§2º – A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita e do aumento bruto da arrecadação do Imposto Sobre Serviços.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 16. O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo único. O Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

IV – MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 17. O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo único. De conformidade com a Portaria nº 699/2023-STN/MF, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2025, 2026 e 2027.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 18. A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo único. O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

Art. 19. O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.



Parágrafo Único. O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzida o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 20. Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo único. Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2025, 2026 e 2027.

CAPÍTULO III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 21. O orçamento para o exercício financeiro de 2025 abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo em conformidade com a estrutura organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 22. A Lei Orçamentária para 2025 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por unidade, função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Parágrafo único. As Unidades Gestoras da Prefeitura Municipal de Parnamirim encaminharão à Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças suas propostas orçamentárias parciais com data preestabelecida a combinar.

Art. 23. A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária será elaborada em conformidade com o que determina o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964.

CAPÍTULO IV – AS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 24. O Orçamento para exercício de 2025 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 25. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2025 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).



Art. 26. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I – Serviços de consultoria;
- II – Convênios e subvenções;
- III – Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- IV – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- V – Locação de imóveis e veículos;
- VI – Dotação para combustíveis;
- VII – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas trimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 27. As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2025, poderão ser expandidas, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual de 2024 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 28. Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§1º – Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e, também, com a redução dos investimentos municipais.

§2º – Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal poderá elaborar Decreto, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 29. O Orçamento para o exercício de 2025 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, que serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso e, também, para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência, destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.



Art. 30. Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF) ou autorizado por Lei específica.

Art. 31. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 32. Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2025, com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, serão executados prioritariamente com suas respectivas fontes, podendo receber complemento de fontes próprias para sua execução de acordo com o ingresso no fluxo de caixa. (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 33. A renúncia de receita estimada para o exercício de 2025, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 34. A transferência de recursos do Tesouro Municipal sob a forma de convênios ou subvenções sociais a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 180 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal), sob pena de vedação a recebimentos de recursos futuros, além de ficar inadimplente com o poder público municipal.

Art. 35. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa e/ou inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2025, em cada evento, não exceda ao valor limite fixado nos incisos I, II e § 3º, do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 36. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 37. Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos com recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF), ou através da criação de Créditos Adicionais.



Art. 38. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2025 a preços correntes.

Art. 39. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

§1º – Os limites para suplementação serão de no máximo de 15% (quinze por cento) do valor fixado para as despesas do exercício de 2025, conforme dispõe o § 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

§2º – Fica o poder executivo mediante Decreto, transpor, transferir, remanejar ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovados na Lei Orçamentária Anual de 2024 através de créditos adicionais, desde que mantidas a estruturação programática, expressa por categoria de programação, grupos de natureza de despesa e modalidades de aplicação, podendo também solicitar Créditos Suplementares criando fontes de recursos e elementos de despesa dentro de uma ação específica ou migrando de uma fonte de recursos para outra, dos poderes Executivo e Legislativo, dispensando a necessidade de Lei, realizando-os por Decreto. Exceto nos casos quando se ultrapassar os limites definidos no parágrafo primeiro deste artigo. (art. 167, VI da Constituição Federal).

§3º – Os créditos adicionais abertos para cobertura de despesas a serem financiados com recursos de convênios, auxílios, contribuições, contratos de financiamento de pagamento da dívida fundada ou outra forma de captação, como também oriundos de outras esferas de governo ou entidades, e com obrigações patronais, folha de pessoal e sentenças judiciais não serão computados no limite de que trata o parágrafo segundo deste artigo, podendo também serem abertos com cobertura dos próprios recursos que lhe deram causa.

§4º – Os Créditos Especiais serão feitos por meio de projeto de lei e submetidos a aprovação do legislativo e abertos por decreto e devem ser feitos nos casos de criação de novas unidades orçamentárias, novos programas de governo e novas ações orçamentárias.

§5º – Também não serão computados nos limites citados no parágrafo segundo deste artigo os créditos suplementares, especiais e extraordinários decorrentes de calamidade pública e/ou financeira.

§6º – A Lei Orçamentária Anual será elaborada e implementada no que compete aos anexos, as despesas fixadas até o 3º nível de classificação orçamentária – modalidade de aplicação.

Art. 40. Durante a execução orçamentária de 2025, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2025 (art. 167, I da Constituição Federal).



Art. 41. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo único. Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e", da LRF).

Art. 42. Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2025 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 43. A Lei Orçamentária de 2025 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 44. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).

Art. 45. Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 46. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2025, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal), exceto nos prazos limitados pela lei eleitoral.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2025.

Art. 47. Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2025, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa com pessoal verificada no exercício de 2025, acrescida de até 10%(dez por cento), obedecendo o limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 48. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).



Art. 49. O orçamento do Município de Parnamirim para o exercício de 2025 conterà previsão para pagamento de precatórios expedidos pelos Tribunais do Trabalho e de Justiça, protocolados na Prefeitura Municipal até 30 de junho de 2024.

Art. 50. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

- I – Redução em pelo menos 20% das despesas com cargo em comissão e funções de confiança;
- II – Eliminação das despesas com horas extras e/ou diárias operacionais;
- III – Demissão de servidores não estáveis;
- IV – Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- V – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 51. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções não guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, devendo, nos casos em que haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, fazer as devidas deduções.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "33.90.34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 52. O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 53. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 54. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Art. 55. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido no artigo 35, parágrafo 2º, inciso III do ADCT, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

Art. 56. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 57. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 58. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual, em todos os Poderes, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 59. Fica o poder executivo autorizado a incluir na Lei Orçamentária Anual, as despesas oriundas de emendas impositivas, desde que autorizado por Lei específica (Crédito Adicional Especial).

Art. 60. Fica o poder executivo autorizado a incluir/modificar no Plano Plurianual vigente, quando necessário, as ações constantes desta lei, que se tratarem de investimentos de longo prazo ou ações de caráter contínuo e ininterrupto com prazo superior a 12 meses.

Art. 61. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.


ROSANO TAVEIRA DA CUNHA
Prefeito



I – RELAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

- 01.001 – Câmara Municipal
- 02.001 – Gabinete Civil
- 02.002 – Gabinete do Vice-Prefeito
- 02.003 – Procuradoria-Geral do Município
- 02.004 – Controladoria Geral do Município
- 02.011 – Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças
- 02.021 – Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
- 02.022 – Fundo de Capacitação e Aperfeiçoamento do Trabalhador
- 02.031 – Secretaria Municipal de Tributação
- 02.041 – Secretaria Municipal de Limpeza Urbana
- 02.051 – Fundo Municipal de Saúde
- 02.061 – Secretaria Municipal de Educação
- 02.071 – Fundo Municipal de Assistência Social
- 02.072 – Fundo de Assistência aos Conselhos
- 02.073 – Fundo da Infância e do Adolescente
- 02.081 – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
- 02.091 – Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Mobilidade Urbana
- 02.101 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
- 02.111 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Saneamento
- 02.121 – Secretaria Municipal de Assistência Social
- 02.131 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
- 02.141 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
- 02.151 – Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária
- 02.161 – Secretaria Municipal de Cultura
- 02.171 – Secretaria Municipal da Mulher e dos Direitos Humanos
- 02.202 – Fundo Municipal de Urbanização e Conservação Ambiental



II – AÇÕES POR EIXO DE ATUAÇÃO

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1º EIXO: DESENVOLVIMENTO HUMANO E CIDADANIA

02.051 – Fundo Municipal de Saúde

- ✓ 2024 – Operacionalização das Ações de Vigilância Sanitária;
- ✓ 2027 – Fortalecimento da Vigilância e Controle de Doenças;
- ✓ 2031 – Fortalecimento da Rede de Urgência e Emergência;
- ✓ 2032 – Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS);
- ✓ 2034 – Fortalecimento, Modernização e Manutenção da Rede de Atenção Especializada;
- ✓ 2711 – Ampliar a Resolutividade de Unidades Básicas de Saúde;
- ✓ 2712 – Informatização das Unidades de Saúde;
- ✓ 2715 – Reestruturação Física e Tecnológica da UPA;
- ✓ 2716 – Assistência Farmacêutica em Saúde;
- ✓ 2717 – Ampliação das Equipes de Estratégia de Saúde da Família;
- ✓ 2719 – Rede de Atenção Básica a Pessoa com Deficiência;
- ✓ 2725 – Vigilância em Saúde;
- ✓ 2728 – Enfrentamento do Covid-19 e Outras Situações de Crise em Saúde Pública;
- ✓ 2731 – Implantar Residência Multiprofissional em Medicina da Família e Comunidade;
- ✓ 2991 – Implementação da Rede de Atenção à Saúde Materno Infantil;
- ✓ 2994 – Fortalecimento da Assistência Hospitalar e Ambulatorial de Média e Alta Complexidade do SUS em Parnamirim.

02.061 – Secretaria Municipal de Educação

- ✓ 1138 – Aquisição de Parques Infantis;
- ✓ 1139 – Projeto Energia Renováveis nas Escolas;
- ✓ 1140 – Aquisição de Equipamentos Mobiliários e Acervo Literários para as Bibliotecas e Brinquedotecas dos Centros Infantis;
- ✓ 1143 – Projeto Energia Renováveis nas Escolas;
- ✓ 1145 – Inclusão Digital;
- ✓ 1148 – Aquisição de Utensílios;
- ✓ 2077 – Distribuição de Fardamento Escolar;
- ✓ 2078 – Distribuição de Material Didático Escolar;
- ✓ 2079 – Transporte Escolar;
- ✓ 2082 – Jogos Escolares da Educação;
- ✓ 2083 – Realização de Eventos Culturais e Cívicos;
- ✓ 2810 – Manutenção do Ensino Fundamental – Educadores;
- ✓ 2811 – Manutenção do Ensino Fundamental – Demais Profissionais;
- ✓ 2812 – Manutenção do Ensino Infantil – Educadores Creche;
- ✓ 2813 – Manutenção do Ensino Infantil – Demais Profissionais;
- ✓ 2814 – Manutenção do Ensino Infantil – Educadores – Pré-Escola;
- ✓ 2981 – Merenda Escolar – Fundamental;
- ✓ 2982 – Merenda Escolar – Creche;



- ✓ 2983 – Merenda Escolar – Pré-Escola;
- ✓ 2984 – Merenda Escolar – EJA + Educação;

02.071 – Fundo Municipal de Assistência Social

- ✓ 1132 – Centro Especializado de Assistência Social – CREAS;
- ✓ 1807 – Parceria Técnica/Operacional com Ent/Grupos Comunitários – ECOM;
- ✓ 2064 – Concessão de Benefícios a Família Acolhedores;
- ✓ 2066 – Serviço de Proteção Social Básica;
- ✓ 2067 – Serviço de Proteção Social de Média Complexidade;
- ✓ 2069 – Apoio a Organização e Gestão do SUAS – IGD SUAS;
- ✓ 2070 – Fortalecer o Controle Social – IGD SUAS;
- ✓ 2071 – Apoiar e Aprimorar a Gestão do CADÚNICO/BOLSA FAMÍLIA – IGD PAB;
- ✓ 2072 – Fortalecer o Controle Social IGD – PBF;
- ✓ 2073 – Benefícios Eventuais;
- ✓ 2074 – Sistema de Informação e Vigilância Socioassistencial na Gestão do SUAS;
- ✓ 2568 – Execução de Emendas Parlamentares Para Assistência Social;
- ✓ 2669 – Recurso Emergencial às Vítimas da Chuva;
- ✓ 2826 – Instituto de Longa Permanência – Criança, Adolescente, Adulto, Mulher e Família;
- ✓ 2827 – BPC na Escola – Questionário a Ser Aplicado;
- ✓ 2828 – AEPETI – Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- ✓ 2829 – Criança Feliz – Primeira Infância no SUAS.

02.072 – Fundo da Infância e do Adolescente

- ✓ 2819 – Execução de Projetos Especiais Para Crianças, Jovens e Adolescentes;
- ✓ 2820 – Promoção em Defesa de Direitos Infância Juvenil.

02.073 – Fundo de Assistência aos Conselhos

- ✓ 1817 – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- ✓ 1818 – Conselho Municipal do Idoso;
- ✓ 2815 – Manutenção do Conselho Tutelar Central e Periférico;
- ✓ 2816 – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA;
- ✓ 2817 – Conselhos de Direitos e Fundo Municipal Ligados à SEMAS;
- ✓ 2818 – Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

02.121 – Secretaria Municipal de Assistência Social

- ✓ 0805 – Implementação do Plano de Educação Alimentar e Nutricional.

02.131 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

- ✓ 1122 – Criação da Escola Municipal de Esporte de Parnamirim;
- ✓ 1811 – Centro de Formação de Atletas de Alto Rendimento;
- ✓ 1812 – Manutenção, Reforma e Melhoria de Estruturas Esportivas e de Lazer;
- ✓ 2056 – Realização de Eventos de Esporte e Lazer;
- ✓ 2057 – Apoio a Atletas e Eventos.



02.141 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

- ✓ 1027 – Centro de Cultura Espacial e Informações Turísticas – CCEIT – Manutenção e Melhorias;
- ✓ 1155 – Realizar o Carnaval Multicultural de Parnamirim;
- ✓ 1156 – Realizar Reveillon em Diversas Partes da Cidade;
- ✓ 1166 – Promover Apresentações Musicais na Festa do Sabugo;
- ✓ 1500 – Marcha para Jesus;
- ✓ 1502 – Semana da Arte Evangélica;
- ✓ 1506 – Realizar Eventos Diversos em Comemoração à Emancipação Política do Município de Parnamirim/RN;
- ✓ 1507 – Realizar Atividades de Fomento ao Turismo no Litoral do Município de Parnamirim/RN;
- ✓ 1508 – Realização de Festivais Voltados para o Segmento do Turismo Cultural do Município;
- ✓ 2102 – Eventos de Turismo e Marketing.

02.151 – Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária

- ✓ 1179 – Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social.

02.161 – Secretaria Municipal de Cultura

- 1000 – Virada Cultural
- 1151 – Realização de Eventos Culturais Voltados à Comunidade Cristã (Evangélica e Católica);
- 1152 – Cultura e Cine Teatro;
- 1153 – Fundo Municipal de Cultura;
- 1154 – Realização de Festivais Culturais;
- 1159 – Oficinas e Eventos de Formação Cultural;
- 1165 – Realizar Eventos Culturais e Inclusivos em Praças e Espaços Públicos em Regiões com Potencial como Pirangi, Beco do Picado, Centro da Cidade entre outros;
- 1220 – Lei Paulo Gustavo – Fomento à Cultura do Município;
- 1501 – Motofest
- 1503 – Roteiro Junino.

02.171 – Secretaria Municipal da Mulher e dos Direitos Humanos

- ✓ 2301 – Política de Apoio à Mulher;
- ✓ 2302 – Política de Igualdade Racial;
- ✓ 2303 – Acolhimento e Orientações Sobre Projetos e Serviços para o Segmento LGBTQIA+, como Saúde, Cultura, Lazer, Assistência Social e Educação.



METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2º EIXO: DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL

02.001 – Gabinete Civil

- ✓ 1160 – Centro Cultural Trampolim da Vitória – Reforma e Melhorias;
- ✓ 2101 – Centro Cultural Trampolim da Vitória – Manutenção;
- ✓ 2803 – Subvenções Sociais;
- ✓ 2901 – Manutenção e Funcionamento da Unidade.

02.002 – Gabinete do Vice-Prefeito

- ✓ 2902 – Manutenção e funcionamento da Unidade.

02.003 – Procuradoria Geral do Município

- ✓ 2804 – Precatórios, RPV e Demais Sentenças Judiciais;
- ✓ 2903 – Manutenção e Funcionamento da Unidade.

02.004 – Controladoria Geral do Município

- ✓ 2904 – Manutenção e Funcionamento da Unidade.

02.011 – Secretaria de Planejamento e Finanças

- ✓ 1007 – Painel de Acompanhamento de Metas, Ações e Programas;
- ✓ 1008 – Concurso Inovar;
- ✓ 2800 – Controle da Dívida Pública – FINISA;
- ✓ 2805 – Controle da Dívida Pública;
- ✓ 2806 – Pagamento de Tarifas Bancárias – CEF e BB;
- ✓ 2905 – Manutenção e Funcionamento da Unidade;
- ✓ 2932 – Gerenciamento e Consultoria de Projetos – FINISA.

02.021 – Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

- ✓ 2009 – Adequação de Móveis e Equipamentos;
- ✓ 2807 – Serviços de Telecomunicação;
- ✓ 2808 – Locação – Geral;
- ✓ 2906 – Manutenção e Funcionamento da Unidade.

02.031 – Secretaria Municipal de Tributação

- ✓ 2907 – Manutenção e Funcionamento da Unidade.

02.041 – Secretaria Municipal de Limpeza Urbana



- ✓ 1021 – Coleta Seletiva do Município;
- ✓ 1022 – Aquisição de Veículos Semi Leves e Maquinários;
- ✓ 1024 – Aquisição de Contentores de Resíduos;
- ✓ 1025 – Implantação de Eco Pontos;
- ✓ 2013 – Ações Intersetoriais de Educação Ambiental;
- ✓ 2014 – Coleta de Resíduos Sólidos/Domiciliar, Hospital, Podas e Entulhos;
- ✓ 2015 – Locação de Veículos Semi Leves e Pesados;
- ✓ 2908 – Manutenção e Funcionamento da Unidade.

02.051 – Fundo Municipal de Saúde

- ✓ 1039 – Ampliação, Reforma e Manutenção de Unidades de Saúde;
- ✓ 1041 – Construção dos Polos de Academia de Saúde;
- ✓ 2606 – Implementação das Ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador;
- ✓ 2835 – FMS – Manutenção e Funcionamento da Unidade;
- ✓ 2990 – Garantir Manutenção e Funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.

02.061 – Secretaria Municipal de Educação

- ✓ 1136 – Construção de Centros Infantis;
- ✓ 1137 – Ampliação, Reforma, Manutenção e Conservação das Escolas da Educação Infantil;
- ✓ 1142 – Construção de Novas Escolas – FINISA;
- ✓ 2075 – Ampliação, Manutenção e Conservação das Escolas de Ensino Fundamental – FINISA;
- ✓ 2076 – Manutenção e Expansão de Educação Técnica Profissionalizante – EAD;
- ✓ 2909 – Manutenção e Funcionamento da Unidade;
- ✓ 2986 – Manutenção e Conservação do Planetário;
- ✓ 2987 – Formação Continuada Para os Profissionais da Educação.

02.071 – Fundo Municipal de Assistência Social

- ✓ 1129 – Construir Unidades Socioassistenciais;
- ✓ 1130 – Realização de Reformas nas Unidades para Atender os Usuários com Segurança e Qualidade;
- ✓ 1135 – Implantar a Emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- ✓ 2068 – Serviço de Proteção de alta Complexidade;
- ✓ 2822 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social;
- ✓ 2825 – Participação e Realização de Conferências, Congressos, Encontros, Capacitações e Seminários;
- ✓ 2830 – Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho.

02.072 – Fundo da Infância e do Adolescente

- ✓ 2821 – Manutenção do FIA.

02.081 – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos



- ✓ 1047 – Implantação de Viveiros e Mudanças;
- ✓ 1048 – Restauração, Construção e Paisagismo de Praças e Logradouros Públicos;
- ✓ 1049 – Reforma e Ampliação dos Cemitérios Públicos;
- ✓ 1050 – Reparo e Manutenção de Bocas de Lobo;
- ✓ 1051 – Reforma e ampliação dos Mercados Públicos;
- ✓ 1052 – Perfuração e Aparelhamento de Poços;
- ✓ 1053 – Reestruturação e Urbanização do Centro Comercial;
- ✓ 2040 – Arborização da Cidade;
- ✓ 2041 – Urbanização de Canteiros, Parques e Ruas;
- ✓ 2042 – Limpeza de Fossas e Sumidouros;
- ✓ 2043 – Cemitérios Limpos, Urbanizados e Seguros;
- ✓ 2044 – Ampliação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública;
- ✓ 2045 – Iluminação Festiva, Gambiarras e Refletores em Períodos Diversos;
- ✓ 2046 – Iluminação Natalina;
- ✓ 2047 – Iluminação Festiva – Carnaval e São João;
- ✓ 2048 – Eficientização Energética da Iluminação de Vias e Prédios Públicos;
- ✓ 2049 – Manutenção de Lagoas de Captação e Infiltração;
- ✓ 2050 – Manutenção e Ampliação do Sistema de Drenagem;
- ✓ 2051 – Regularização de Vias Públicas;
- ✓ 2911 – Manutenção e Funcionamento da Unidade.

02.091 – Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Mobilidade Urbana

- ✓ 1054 – Modernização da Fábrica de placas;
- ✓ 1056 – Projetos e Planos de Mobilidade Urbana;
- ✓ 1057 – Implantação da Acessibilidade nas Áreas Previstas no Plano de Mobilidade Urbana;
- ✓ 1058 – Edital de Licitação dos Transportes Inter Bairros;
- ✓ 1059 – Implantação de Sinalização dos Equipamentos Viários;
- ✓ 1060 – Implantação e Manutenção do Sistema de Trânsito;
- ✓ 1061 – Instalação, Implantação e Manutenção dos Abrigos de Passageiros;
- ✓ 1062 – Sistema de Transporte de Passageiros;
- ✓ 1063 – Aquisição de Equipamentos Operacionais de Trânsito;
- ✓ 1064 – Aquisição de Uniformes e Acessórios – Trânsito;
- ✓ 1065 – Realização de Campanhas Educativas de Trânsito;
- ✓ 1066 – Aquisição de Veículos – Trânsito;
- ✓ 1069 – Ampliação do Sistema de Monitoramento nas Áreas da Cidade;
- ✓ 1070 – Criação do Conselho de Segurança Pública e do Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social;
- ✓ 1071 – Aquisição de Equipamentos Operacionais – Segurança;
- ✓ 1072 – Aquisição de Veículos – Segurança;
- ✓ 1073 – Aquisição de Uniformes e Acessórios – Segurança;
- ✓ 1075 – Elaboração e Implementação do Plano de Proteção e Defesa Civil;
- ✓ 1076 – Desenvolvimento de Sistema de Informação e Monitoramento de Desastres Ambientais;
- ✓ 1077 – Realização de Campanhas de Educação ambiental;
- ✓ 2601 – Manutenção da Guarda Municipal;
- ✓ 2912 – Manutenção e Funcionamento da Unidade.



02.101 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

- ✓ 1079 – Cercamentos e Preservação de Áreas Verdes;
- ✓ 1086 – Aquisição e Manutenção de Viaturas;
- ✓ 1088 – Projeto e Ações Urbanísticas e Ambiental de Empreendimentos e Atividades;
- ✓ 1090 – Revisão do Plano Diretor e Confecções de Mapas;
- ✓ 1197 – Modernização da SEMUR – FINISA;
- ✓ 2053 – Numeração e Nomenclatura das Vias Públicas (Continuação do Projeto Endereço);
- ✓ 2913 – Manutenção e Funcionamento da Unidade.

02.111 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Saneamento

- ✓ 1099 – Urbanização das Orlas;
- ✓ 1100 – Pavimentação de Ruas;
- ✓ 1105 – Execução do Esgotamento Sanitário II;
- ✓ 1106 – Conclusão do Sistema de Esgotamento Sanitário;
- ✓ 1108 – Construção de Lagoas de Captação e Obras de Drenagens de Águas Pluviais;
- ✓ 1114 – Construção de Praças, Parques e Caminhódromos e/ou Espaço;
- ✓ 1115 – Construção de Mercados, Feiras, Bancas e etc.;
- ✓ 1194 – Capeamento/Recapeamento Asfáltico – FINISA;
- ✓ 1195 – Drenagem Urbana – FINISA;
- ✓ 1198 – Urbanização da Rota do sol – FINISA;
- ✓ 1199 – Urbanização do Centro da Cidade – FINISA;
- ✓ 2054 – Manutenção Viária do Município;
- ✓ 2055 – Manutenção, Reforma e Melhoria de Prédios Públicos;
- ✓ 2600 – Pavimentação de Ruas – FINISA;
- ✓ 2914 – Manutenção e Funcionamento da Unidade;
- ✓ 2918 – Construção de Prédios Públicos;
- ✓ 2919 – Modernização da Estrutura da SEMOP – FINISA;
- ✓ 2920 – Construção de Usinas Fotovoltaicas – FINISA;
- ✓ 2996 – Gerenciamento, Consultoria, Estudos e Projetos – FINISA;

02.121 – Secretaria Municipal de Assistência Social

- ✓ 0065 – Emissão de Cédulas de Registro Geral;
- ✓ 0806 – Política Para a Geração de Emprego e Renda;
- ✓ 2915 – Manutenção e Funcionamento da Unidade.

02.131 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

- ✓ 2916 – Manutenção e Funcionamento da Unidade.

02.141 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

- ✓ 1301 – Semana do Empreendedor;
- ✓ 1813 – Fomento do Desenvolvimento Econômico;



- ✓ 2100 – Manutenção e Funcionamento da Unidade;

02.151 – Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária

- ✓ 1163 – Construção de Novos Empreendimentos e Melhorias Habitacionais;
- ✓ 1164 – Regularização Fundiária;
- ✓ 1178 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- ✓ 1180 – Casa Verde e Amarela;
- ✓ 2103 – Avaliação de Pré e Pós-Ocupação do Projeto de Trabalho Social (PTTS);
- ✓ 2104 – Manutenção e Funcionamento da Unidade.

02.161 – Secretaria Municipal de Cultura

2930 – Manter o Funcionamento da Unidade.

02.171 – Secretaria Municipal da Mulher e dos Direitos Humanos

- ✓ 2931 – Manter o Funcionamento Administrativo da Unidade.

02.202 – Fundo Municipal de Urbanização e Conservação Ambiental

- ✓ 2945 – Manter o Funcionamento da Unidade.



METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

3º EIXO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

01.001 – Câmara Municipal

- ✓ 1103 – Aquisição de Veículos;
- ✓ 1104 – Criação de Aplicativo Digital;
- ✓ 1110 – Criação de Painel Eletrônico;
- ✓ 1111 – Criação do Processo Legislativo Eletrônico;
- ✓ 1117 – Criação do Memorial da Câmara Municipal;
- ✓ 1157 – Reforma e Ampliação das Instalações da Câmara;
- ✓ 1158 – Reequipar a Câmara Municipal;
- ✓ 1170 – Eficiência Energética na Iluminação do Prédio;
- ✓ 1801 – Criação e Implantação da Rádio Câmara;
- ✓ 1802 – Criação da TV Câmara;
- ✓ 2085 – Verba Indenizatória;
- ✓ 2801 – Manutenção e Funcionamento da Unidade;
- ✓ 2802 – Escola do Legislativo – Eva Lúcia Bezerra.

02.021 – Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

- ✓ 1026 – Criação de Sala de Aula e Laboratório Para Treinamento e Qualificação de Servidores;
- ✓ 1040 – Concurso;
- ✓ 1082 – Construção e/ou Implantação de Escola de Governo;
- ✓ 1101 – Implantação do Programa de Modernização da Gestão Municipal;
- ✓ 1102 – Promover Ações de Qualidade de Vida Para os Servidores.

02.022 – Fundo de Capacitação, Aperfeiçoamento e Reparelhamento do Município

- ✓ 2988 – Formação e Capacitação de Pessoal;
- ✓ 2989 – Convênios com as Escolas de Governo e Universidade.

02.051 – Fundo Municipal de Saúde

- ✓ 2727 – Oferecer Ações de Educação Permanente e Formação aos Profissionais da Rede Municipal de Saúde.

02.071 – Fundo Municipal de Assistência Social

- ✓ 2823 – Capacitação dos Trabalhadores do SUAS.



METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

4º EIXO: GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE

02.001 – Gabinete Civil

- ✓ 1001 – Aquisição de Equipamentos Para Solenidades – Móveis e Fixas;
- ✓ 1002 – Implantação do Centro de Ciência e tecnologia de Inovação;
- ✓ 1003 – Aquisição e Licenciamento de Softwares de Uso Corporativo e Geral;
- ✓ 1004 – Aquisição de Equipamentos Diversos Para Otimização dos Serviços do GCTI;
- ✓ 1005 – Parnamirim Digital;
- ✓ 2001 – Comunicação Institucional e Social;
- ✓ 2005 – E-Parnamirim.

02.004 – Controladoria Geral do Município

- ✓ 2006 – Ações de Educação e Controle das Contas Municipais;
- ✓ 2007 – Auditoria no Âmbito da Administração Pública.

02.031 – Secretaria Municipal de Tributação

- ✓ 1017 – Recadastramento Imobiliário/Mobiliário – FINISA;
- ✓ 1018 – Promover Soluções Para Incremento da Arrecadação – FINISA;
- ✓ 1019 – Modernização da SEMUT – FINISA.

02.091 – Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Mobilidade Urbana

- ✓ 1055 – Aquisição de Equipamentos, Periféricos e Softwares Específicos (BOAT);

02.111 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Saneamento

- ✓ 1116 – Modernização da Infraestrutura de TI da SEMOP.

02.151 – Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária

- ✓ 1162 – Modernização da Infraestrutura de TI da SEARF.



II – METAS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO
METAS FISCAIS
ANEXO I – A – METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS – RECEITAS
2025

Art. 4º, § 2º, Inciso II da LRF

R\$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
RECEITAS CORRENTES	704.071.419,00	772.937.399,34	895.677.126,00	856.651.132,26	872.600.401,44	895.089.715,88
Receita Tributária	197.048.677,79	207.486.215,04	312.515.767,00	239.771.395,69	249.362.251,52	259.336.741,58
Receita de Contribuições	22.134.767,50	22.536.641,57	21.233.694,00	23.515.538,26	23.361.533,10	23.723.112,88
Receita Patrimonial	11.837.472,26	12.438.694,96	5.730.000,00	11.322.296,20	10.569.115,87	9.325.742,89
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	50.000,00	60.000,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	462.612.011,50	519.056.170,06	547.749.725,00	567.262.917,05	578.608.175,39	590.180.338,90
Outras Receitas Correntes	10.438.489,95	11.419.677,71	8.397.940,00	14.718.985,06	10.699.325,56	12.523.779,63
RECEITAS DE CAPITAL	28.959.371,30	68.603.349,60	68.084.035,00	53.895.272,60	16.693.255,20	19.756.332,10
Operações de Crédito	22.487.401,87	39.901.446,13	50.420.498,00	32.818.384,36	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	6.471.969,43	28.701.903,47	17.663.537,00	21.076.888,24	16.693.255,20	19.756.332,10
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	733.030.790,30	841.540.748,94	963.761.161,00	910.546.404,86	889.293.656,64	914.846.047,98

FONTE: SOFC, Balanço Orçamentário 2022, 2023, Portal da Transparência LOA 2024 e Estimativas Próprias da SEPLAF.

PREVISÕES %	2025	2026	2027
PIB Nacional	2,00	2,00	2,00
Receita Tributária Municipal	4,00	4,00	4,00

FONTE: Banco Central do Brasil, Boletim FOCUS de 05/04/2024 e Estimativas Próprias da SEPLAF.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO
METAS FISCAIS
ANEXO I – B – DETALHES DA RECEITA
2025

Art. 4º, § 2º, Inciso II da LRF

RECEITAS TRIBUTÁRIAS			RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO			RECEITA PATRIMONIAL		
Metas Anuais	Valor Nominal – R\$	Variação %	Metas Anuais	Valor Nominal – R\$	Variação %	Metas Anuais	Valor Nominal – R\$	Variação %
2022	197.048.677,79	-	2022	22.134.767,50	-	2022	11.837.472,26	-
2023	207.486.215,04	5,30	2023	22.536.641,57	1,82	2023	12.438.694,96	5,08
2024	312.515.767,00	50,62	2024	21.233.694,00	-5,78	2024	5.730.000,00	-53,93
2025	239.771.395,69	-23,28	2025	23.515.538,26	10,75	2025	11.322.296,20	97,60
2026	249.362.251,52	4,00	2026	23.361.533,10	-0,65	2026	10.569.115,87	-6,65
2027	259.336.741,58	4,00	2027	23.723.112,88	1,55	2027	9.325.742,89	-11,76

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			OUTRAS RECEITAS CORRENTES			OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Metas Anuais	Valor Nominal – R\$	Variação %	Metas Anuais	Valor Nominal – R\$	Variação %	Metas Anuais	Valor Nominal – R\$	Variação %
2022	462.612.011,50	-	2022	10.438.489,95	-	2022	22.487.401,87	-
2023	519.056.170,06	12,20	2023	11.419.677,71	9,40	2023	39.901.446,13	77,44
2024	547.749.725,00	5,53	2024	8.397.940,00	-26,46	2024	50.420.498,00	26,36
2025	567.262.917,05	3,56	2025	14.718.985,06	75,27	2025	32.818.384,36	-34,91
2026	578.608.175,39	2,00	2026	10.699.325,56	-27,31	2026	0,00	0,00
2027	590.180.338,90	2,00	2027	12.523.779,63	17,05	2027	0,00	0,00

ALIAENAÇÃO DE BENS			TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL			OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		
Metas Anuais	Valor Nominal – R\$	Variação %	Metas Anuais	Valor Nominal – R\$	Variação %	Metas Anuais	Valor Nominal – R\$	Variação %
2022	0,00	-	2022	6.471.969,43	-	2022	0,00	-
2023	0,00	0,00	2023	28.701.903,47	343,48	2023	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	2024	17.663.537,00	-38,46	2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	2025	21.076.888,24	19,32	2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	2026	16.693.255,20	-20,80	2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	2027	19.756.332,10	18,35	2027	0,00	0,00

FONTE: SOFC, Balanço Orçamentário 2022, 2023, Portal da Transparência LOA 2024 e Estimativas Próprias da SEPLAF

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO
METAS FISCAIS
ANEXO II – A - METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS – DESPESAS
2025

Art. 4º, § 2º, Inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
DESPESAS CORRENTES (I)	646.252.963,11	719.673.539,34	786.987.969,00	798.205.605,99	826.142.802,20	855.057.800,28
Pessoal e Encargos Sociais	360.462.509,28	402.122.060,78	395.128.906,00	427.309.834,94	442.265.679,16	457.744.977,93
Juros e Encargos da Dívida	1.893.548,85	6.659.578,29	9.357.000,00	7.961.616,00	8.240.272,56	8.528.682,10
Outras Despesas Correntes	283.896.904,98	310.891.900,27	382.502.063,00	362.934.155,05	375.636.850,48	388.784.140,24
DESPESAS DE CAPITAL (II)	58.157.660,33	65.208.180,60	176.773.192,00	72.874.812,57	55.213.850,00	58.911.951,00
Investimentos	46.923.715,21	51.677.862,18	156.409.992,00	56.409.760,31	40.658.215,00	45.623.995,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	6.100,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	11.233.945,12	13.530.318,42	20.357.100,00	16.465.052,26	14.555.635,00	13.287.956,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	704.410.623,44	784.881.719,94	963.761.161,00	871.080.418,56	881.356.652,20	913.969.751,28

FONTE: SOFC, Balanço Orçamentário 2022, 2023, Portal da Transparência LOA 2024 e Estimativas Próprias da SEPLAF

PREVISÕES	2025	2026	2027
Inflação	3,53	3,50	3,50

FONTE: Banco Central do Brasil, Boletim FOCUS de 05/04/2024.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO
METAS FISCAIS
ANEXO II – B – DETALHES DA DESPESA
2025

Art. 4º, § 2º, Inciso II da LRF

R\$

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Metas Anuais	Valor Nominal – R\$	Variação %	Metas Anuais	Valor Nominal – R\$	Variação %	Metas Anuais	Valor Nominal – R\$	Variação %
2022	360.462.509,28	-	2022	1.893.548,85	-	2022	283.896.904,98	-
2023	402.122.060,78	11,56	2023	6.659.578,29	251,70	2023	310.891.900,27	9,51
2024	395.128.906,00	-1,74	2024	9.357.000,00	40,50	2024	382.502.063,00	23,03
2025	427.309.834,94	8,14	2025	7.961.616,00	-14,91	2025	362.934.155,05	-5,12
2026	442.265.679,16	3,50	2026	8.240.272,56	3,50	2026	375.636.850,48	3,50
2027	457.744.977,93	3,50	2027	8.528.682,10	3,50	2027	388.784.140,24	3,50

INVESTIMENTOS			INVERSÕES FINANCEIRAS			AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		
Metas Anuais	Valor Nominal – R\$	Variação %	Metas Anuais	Valor Nominal – R\$	Variação %	Metas Anuais	Valor Nominal – R\$	Variação %
2022	46.923.715,21	-	2022	0,00	-	2022	11.233.945,12	-
2023	51.677.862,18	10,13	2023	0,00	#DIV/0!	2023	13.530.318,42	20,44
2024	156.409.992,00	202,66	2024	6.100,00	0,00	2024	20.357.100,00	50,46
2025	56.409.760,31	-63,93	2025	0,00	0,00	2025	16.465.052,26	-19,12
2026	40.658.215,00	-27,92	2026	0,00	0,00	2026	14.555.635,00	-11,60
2027	45.623.995,00	12,21	2027	0,00	0,00	2027	13.287.956,00	-8,71

FONTE: SOFC, Balanço Orçamentário 2022, 2023, Portal da Transparência LOA 2024 e Estimativas Próprias da SEPLAF.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO
METAS FISCAIS
ANEXO III – AVALIAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO
2025

Art. 4º, § 2º, Inciso II da LRF

R\$

ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026	2027
RECEITAS CORRENTES (I)	704.071.419,00	772.937.399,34	895.677.126,00	856.651.132,26	872.600.401,44	895.089.715,88
Receitas Tributárias	197.048.677,79	207.486.215,04	312.515.767,00	239.771.395,69	249.362.251,52	259.336.741,58
Receitas de Contribuição	22.134.767,50	22.536.641,57	21.233.694,00	23.515.538,26	23.361.533,10	23.723.112,88
Receita Patrimonial	11.837.472,26	12.438.694,96	5.730.000,00	11.322.296,20	10.569.115,87	9.325.742,89
Aplicações Financeiras (II)	11.837.472,26	12.438.694,96	5.730.000,00	11.322.296,20	10.569.115,87	9.325.742,89
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	50.000,00	60.000,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	462.612.011,50	519.056.170,06	547.749.725,00	567.262.917,05	578.608.175,39	590.180.338,90
Outras Receitas Correntes	10.438.489,95	11.419.677,71	8.397.940,00	14.718.985,06	10.699.325,56	12.523.779,63
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	692.233.946,74	760.498.704,38	889.947.126,00	845.328.836,06	862.031.285,57	885.763.972,99
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	28.959.371,30	68.603.349,60	68.084.035,00	53.895.272,60	16.693.255,20	19.756.332,10
Operações de Crédito (V)	22.487.401,87	39.901.446,13	50.420.498,00	32.818.384,36	0,00	0,00
Alienação de Bens (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	6.471.969,43	28.701.903,47	17.663.537,00	21.076.888,24	16.693.255,20	19.756.332,10
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI - VII)	6.471.969,43	28.701.903,47	17.663.537,00	21.076.888,24	16.693.255,20	19.756.332,10
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)	698.705.916,17	789.200.607,85	907.610.663,00	866.405.724,30	878.724.540,77	905.520.305,09
RECEITA TOTAL	733.030.790,30	841.540.748,94	963.761.161,00	910.546.404,86	889.293.656,64	914.846.047,98
DESPESAS CORRENTES (X)	646.252.963,11	719.673.539,34	786.987.969,00	798.205.605,99	826.142.802,20	855.057.800,28
Pessoal e Encargos Sociais	360.462.509,28	402.122.060,78	395.128.906,00	427.309.834,94	442.265.679,16	457.744.977,93
Juros e Encargos da Dívida (XI)	1.893.548,85	6.659.578,29	9.357.000,00	7.961.616,00	8.240.272,56	8.528.682,10
Outras Despesas Correntes	283.896.904,98	310.891.900,27	382.502.063,00	362.934.155,05	375.636.850,48	388.784.140,24
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	644.359.414,26	713.013.961,05	777.630.969,00	790.243.989,99	817.902.529,64	846.529.118,18
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	58.157.660,33	65.208.180,60	176.773.192,00	72.874.812,57	55.213.850,00	58.911.951,00
Investimentos	46.923.715,21	51.677.862,18	156.409.992,00	56.409.760,31	40.658.215,00	45.623.995,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	6.100,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	11.233.945,12	13.530.318,42	20.357.100,00	16.465.052,26	14.555.635,00	13.287.956,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	46.923.715,21	51.677.862,18	105.995.594,00	56.409.760,31	40.658.215,00	45.623.995,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	691.283.129,47	764.691.823,23	883.626.563,00	846.653.750,30	858.560.744,64	892.153.113,18
DESPESA TOTAL	704.410.623,44	784.881.719,94	963.761.161,00	871.080.418,56	881.356.652,20	913.969.751,28
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	7.422.786,70	24.508.784,62	23.984.100,00	19.751.974,00	20.163.796,13	13.367.191,91

FONTE: SOFC, Balanço Orçamentário 2022, 2023, Portal da Transparência LOA 2024 e Estimativas Próprias da SEPLAF.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO
METAS FISCAIS
ANEXO IV – AVALIAÇÃO DO RESULTADO NOMINAL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO
METAS FISCAIS
ANEXO V – MONTANTE DA DÍVIDA
2025

Art. 4º, § 2º, Inciso II da LRF

R\$

ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	64.962.270,22	46.636.738,83	94.100.222,30	77.921.919,78	70.000.000,00	60.000.000,00	55.000.000,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	64.962.270,22	46.636.738,83	94.100.222,30	77.921.919,78	70.000.000,00	60.000.000,00	55.000.000,00
DEDUÇÕES (II)	53.872.998,83	68.511.427,41	87.513.853,49	123.059.344,13	75.000.000,00	66.000.000,00	66.500.000,00
Ativo Disponível	83.271.877,37	106.262.715,57	128.068.166,85	166.281.888,06	100.000.000,00	90.000.000,00	90.000.000,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	18.601.812,10	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	29.398.878,54	37.751.288,16	40.554.313,36	24.620.731,83	25.000.000,00	24.000.000,00	23.500.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	11.089.271,39	-21.874.688,58	6.586.368,81	-45.137.424,35	-5.000.000,00	-6.000.000,00	-11.500.000,00

FONTE: SOFC – Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil e Estimativas Próprias da SEPLAF.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO
METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2025

AMF – Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso I)

R\$

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2023 (a)	%PIB	Metas Realizadas em 2023 (b)	%PIB	Variação	
					Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	1.177.802.515,00	1,383	841.540.748,94	0,988	-336.261.766,06	-28,55
Receitas Primárias (I)	1.142.468.439,55	1,342	789.200.607,85	0,927	-353.267.831,70	-30,92
Despesa Total	1.177.802.515,00	1,383	784.881.719,94	0,922	-392.920.795,06	-33,36
Despesas Primárias (II)	1.142.468.439,55	1,342	764.691.823,23	0,898	-377.776.616,32	-33,07
Resultado Primário (III)=(I - II)	0,00	0,000	24.508.784,62	0,029	24.508.784,62	#DIV/0!
Resultado Nominal	25.000.000,00	0,029	28.461.057,39	0,033	3.461.057,39	13,84
Dívida Pública Consolidada	31.000.000,00	0,036	94.100.222,30	0,111	63.100.222,30	203,55
Dívida Consolidada Líquida	64.000.000,00	0,075	6.586.368,81	0,008	-57.413.631,19	-89,71

FONTE: Portal da Transparência LOA 2023, Balanço Orçamentário 2023 e Estimativas Próprias da SEPLAF.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Valor do PIB estadual estimado para 2023	85.146.165.528,80

FONTE: IBGE e Estimativas Próprias da SEPLAF.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO
METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS
2025

AMF – Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2025			2026			2027		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x100	Valor Corrente(a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x100	Valor Corrente(a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x100
Receita Total	910.546.404,86	879.500.052,99	1,069	889.293.656,64	829.924.586,39	1,044	914.846.047,98	824.899.618,44	1,074
Receitas Primárias (I)	866.405.724,30	836.864.410,61	1,018	878.724.540,77	820.061.062,62	1,032	905.520.305,09	816.490.770,02	1,063
Despesa Total	871.080.418,56	841.379.714,63	1,023	881.356.652,20	822.517.454,81	1,035	913.969.751,28	824.109.478,05	1,073
Despesas Primárias (II)	846.653.750,30	817.785.907,76	0,994	858.560.744,64	801.243.397,57	1,008	892.153.113,18	804.437.822,39	1,048
Resultado Primário (III) = (I - II)	19.751.974,00	19.078.502,85	0,023	20.163.796,13	18.817.665,05	0,024	13.367.191,91	12.052.947,63	0,016
Resultado Nominal	40.137.424,35	38.768.882,79	0,047	-1.000.000,00	-933.240,20	-0,001	-5.500.000,00	-4.959.247,42	-0,006
Dívida Pública Consolidada	70.000.000,00	67.613.252,20	0,082	60.000.000,00	55.994.411,76	0,070	55.000.000,00	49.592.474,18	0,065
Dívida Consolidada Líquida	-5.000.000,00	-4.829.518,01	-0,006	-6.000.000,00	-5.599.441,18	-0,007	-11.500.000,00	-10.369.335,51	-0,014

RS

FONTE: Estimativas Próprias da SEPLAF.

NOTA: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2025	2026	2027
PIB real (crescimento % anual)	2,00	2,00	2,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,53	3,50	3,50

FONTE: Banco Central do Brasil. Boletim FOCUS de 05/04/2024.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO
METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO III – DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2025

AMF – Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total	733.030.790,30	841.540.748,94	14,80	963.761.161,00	14,52	910.546.404,86	-5,84	889.293.656,64	-2,39	914.846.047,98	2,79
Receitas Primárias (I)	698.705.916,17	789.200.607,85	12,95	907.610.663,00	15,00	866.405.724,30	-4,76	878.724.540,77	1,40	905.520.305,09	2,96
Despesa Total	704.410.623,44	784.881.719,94	11,42	963.761.161,00	22,79	871.080.418,56	-10,64	881.356.652,20	1,17	913.969.751,28	3,57
Despesas Primárias (II)	691.283.129,47	764.691.823,23	10,62	883.626.563,00	15,55	846.653.750,30	-4,37	858.560.744,64	1,39	892.153.113,18	3,77
Resultado Primário (III)=(I - II)	7.422.786,70	24.508.784,62	230,18	23.984.100,00	-2,14	19.751.974,00	-21,43	20.163.796,13	2,04	13.367.191,91	-51
Resultado Nominal	-32.963.959,97	28.461.057,39	-186,34	-51.723.793,16	-281,74	40.137.424,35	229,87	-1.000.000,00	4.113,74	-5.500.000,00	81,82
Dívida Pública Consolidada	46.636.738,83	94.100.222,30	101,77	77.921.919,78	-17,19	70.000.000,00	-11,32	60.000.000,00	-16,67	55.000.000,00	-9,09
Dívida Consolidada Líquida	11.089.271,39	6.586.368,81	-40,61	-45.137.424,35	-785,32	-5.000.000,00	-802,75	-6.000.000,00	16,67	-11.500.000,00	47,83

RS

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total	736.695.944,25	904.656.305,11	18,57	930.900.377,67	2,90	879.500.052,99	-5,52	829.924.586,39	-5,64	824.899.618,44	-0,61
Receitas Primárias (I)	702.199.445,75	848.390.653,44	17,23	876.664.409,35	3,33	836.864.410,61	-4,54	820.061.062,62	-2,01	816.490.770,02	-0,44
Despesa Total	707.932.676,56	843.747.848,94	16,10	930.900.377,67	10,33	841.379.714,63	-9,62	822.517.454,81	-2,24	824.109.478,05	0,19
Despesas Primárias (II)	694.739.545,12	822.043.709,97	15,49	853.498.080,75	3,83	817.785.907,76	-4,18	801.243.397,57	-2,02	20.747.746,82	-97,41
Resultado Primário (III)=(I - II)	7.459.900,63	26.346.943,47	1,75	23.166.328,60	-0,49	19.078.502,85	-0,36	18.817.665,05	0,01	795.743.023,20	96,98
Resultado Nominal	-33.128.779,77	30.595.636,69	208,28	-49.960.198,16	-263,29	38.768.882,79	-177,60	-933.240,20	-102,41	-4.959.247,42	431,40
Dívida Pública Consolidada	46.869.922,52	101.157.738,97	53,67	75.265.063,05	-25,60	67.613.252,20	-10,17	55.994.411,76	-17,18	49.592.474,18	-11,43
Dívida Consolidada Líquida	11.144.717,75	7.080.346,47	-57,40	-43.598.400,80	-715,77	-4.829.518,01	-88,92	-5.599.441,18	15,94	-10.369.335,51	85,19

FONTE: Estimativas Próprias da SEPLAF.

ÍNDICE DE PIB NACIONAL/INFLAÇÃO (%)

VARIÁVEIS	2022	2023	2024	2025	2026	2027
PIB Nacional	4,60	2,90	1,78	2,00	2,00	2,00
Índice de Inflação	5,79	4,62	3,77	3,53	3,50	3,50

FONTE: Banco Central do Brasil. Boletim FOCUS de 05/04/2024.



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO
METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2025**

AMF – Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$

RECEITAS REALIZADAS	2023 (a)	2022 (b)	2021 (c)
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2023 (d)	2022 (e)	2021 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS A ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimento	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	2023 (g) = ((Ia – IId) + IIIf)	2022 (h) = ((Ib – IId) + IIIf)	2021 (i) = (Ic – IIf)
		0,00	0,00

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO
METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO VI - RISCOS FISCAIS
2025**

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2025	PROVIDÊNCIA	2025
1. Passivos Contingentes	0,00	Reserva de Contingência	0,00
1.1 – Precatórios Judiciais	0,00	Reserva de Contingência – A SER Alocada ao Orçamento 2024 – art. 5º III da LRF	0,00
2. Riscos Fiscais	0,00	Redução dos Investimentos Municipais	0,00
2.1 – Arrecadação – Rec. Capital – Recursos Governo Federal	0,00		0,00
3. Eventos Fiscais Imprevistos	0,00		0,00
3.1 -	0,00		0,00
SOMA	0,00	SOMA	0,00

NOTA:

- 1º – **PASSIVOS CONTINGENTES:** Obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações, desapropriações, etc;
 2º – **RISCOS FISCAIS:** Emergência, calamidade pública, frustrações de arrecadação prevista, despesas planejadas a menor;
 3º – **EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS:** Extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas;
 4º – **A Reserva de Contingência, alínea "b" do inciso III do art. 5º, destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais, redução de despesas e cancelamento de dotações orçamentárias.**



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO
METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2025

AMF – Demonstrativo IV (LRF, art. 4º § 2º, inciso III)

R\$

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2022	%	2023	%
Patrimônio/Capital	1.181.524.988,52	100,00	954.250.739,04	100,00	959.355.422,04	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.181.524.988,52	100	954.250.739,04	100	959.355.422,04	100

FONTE: SOFC, Balanço Patrimonial 2021, 2022, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 2024 e Estimativas Próprias da SEPLAF.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO
METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2025

AMF – Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$

SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	TRIBUTOS/ CONTRIBUIÇÃO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
		2025	2026	2027	
EMPREGO/SERVIÇO	IPTU	40.526.894,33	41.999.632,47	42.879.221,55	EMPREGO
EMPREGO/SERVIÇO	ISS	4.836.214,25	4.422.269,22	4.103.879,55	
EMPREGO/SERVIÇO	ITIV	0,00	0,00	0,00	
TOTAIS		45.363.108,58	46.421.901,69	46.983.101,10	